

OESP  
28/1/98 A-13  
281

## Amazonas rejeita projeto de madeireiras asiáticas

*Governador alega descontentamento com atuação de empresas estrangeiras*

**KÁTIA BRASIL**  
Especial para o Estado

MANAUS – O governo do Amazonas engavetou projetos de investimentos da ordem de US\$ 250 milhões de madeireiras asiáticas que pretendem instalar-se no Estado. Segundo o presidente do Instituto de Proteção Ambiental, Vicente Nogueira, o bloqueio foi determinado pelo governador Amazonino Mendes (PFL), que usou como argumento os antecedentes dessas empresas nos países em que atuam. No Amazonas, as sete madeireiras estrangeiras existentes compraram 1,2 milhão de hectares de terra para exploração, dos quais 81% estão em poder dos asiáticos.

“O governador está descontente com o comportamento das empresas e engavetou os projetos”, disse Nogueira. Ele negou que o governo tenha atraído esses investimentos com incentivos fiscais, como concluiu em relatório

a Comissão Externa da Câmara, que investigou as madeireiras asiáticas na região. “A atividade madeireira é ilegal”, reagiu Nogueira, destacando que o governo modificou a Lei Ambiental n.º 2.416 para exigir a concessão da licença para a exploração, o benefício e a industrialização de produtos e subprodutos industriais voltados para o setor madeireiro.

Sem essa exigência, as empresas que têm plano de manejo aprovado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) burlavam a legislação federal, comprando madeira sem origem, de área não autorizada para a exploração.

Agora, os pedidos de licenciamento ambiental de projetos de industrialização deverão ter comprovação e operação de manejo florestal para assegurar o suprimento de matéria-prima em condição de auto-sustentabilidade, define o artigo 8.º da lei ambiental. “Com a lei, as madeireiras precisam ter o plano de manejo aprovado pelo Ibama e o Estudo de Impacto Ambiental aprovado pelo Instituto de Proteção Ambiental”, informou Nogueira.